

Literaturkritiker, Vereinigt Euch: por um Critivismo

p. 65 - 78

Andrew Yan Solano Marinho ¹

Resumo

Neste artigo buscamos observar a problemática da relevância social da crítica literária e cultural na contemporaneidade por meio das discussões do teórico inglês Terry Eagleton. Discutiremos suas proposições de enfrentamento ao problema, como a ideia de “contra-esfera pública”, juntamente com a proposta de uma “esquizofrenia produtiva” proposta por Rocha (2011). Ao longo do trabalho faremos relações entre a crítica no âmbito inglês e no âmbito brasileiro, bem como observaremos as relações entre a crítica universitária e a esfera pública cultural. Por fim, defenderemos um “critivismo” como forma de aliar à prática de uma crítica estético-social uma participação ativa não apenas na produção de conhecimento, mas na sua recepção e distribuição

Palavras-chave: Crítica; Literatura; Ativismo.

Abstract

In this article we seek to observe the problem of social relevance of literary and cultural criticism in contemporary society through the discussions of the English thinker Terry Eagleton. We discuss his proposals for confronting the problem, as the idea of “counter-public sphere”, jointly with the proposal of a “productive schizophrenia” proposed by Rocha (2011). Throughout the work we will make relations between criticism in English and Brazilian context and we will also observe the relationship between the academic criticism and its relationship in the cultural public sphere. Finally, we defend a “critivism” as a way to combine the practice of aesthetic and social criticism with an active participation not only in the production of knowledge, but in its reception and distribution.

Keywords: Criticism; Literature; Activism.

O distanciamento e/ou irrelevância social da crítica literária

O crítico inglês Terry Eagleton, em seu livro *Walter Benjamin: towards a Revolutionary Criticism* (1981), faz um diagnóstico pessimista da crítica literária, em especial da vertente marxista, afirmando que devido o surgimento de vários fatores dentro do âmbito sociocultural do socialismo nos anos 70, houve uma percepção

de que a esquerda se apartou dos movimentos sociais e dos contextos de luta de massa para se enclausurar nos seus próprios discursos especializados, construindo e julgando conceitos longe da realidade e das necessidades empíricas sociais e se aproximando muito do modelo de crítica tradicional reclusa a um círculo de especialistas, sem diálogo com a sociedade civil e com os próprios leitores de literatura. Opondo-se a esse comportamento, em que o foco de análises

¹ Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é professor Assistente da Universidade do Estado de Alagoas. Email: andrewjah@gmail.com

literárias era mais voltado para uma análise conceitual ou para uma leitura cerrada textual, o pensador britânico buscou fomentar uma ideia de análise literária que focasse nos problemas de produção cultural e nos usos políticos dos produtos artísticos.

Para isso, Eagleton, como podemos ver em seu livro sobre Benjamin, coadunava suas ideias com várias tradições da esquerda, como, o pensamento primordial de Karl Marx na décima primeira tese sobre Feuerbach – de que os filósofos só interpretaram o mundo de maneira diferente, e que devemos, porém, mudá-lo –, ecoando também nas proposições de Antonio Gramsci de que a principal meta da crítica marxista não é interpretação de textos, mas emancipação cultural das massas, e na ideia de Vladimir Lênin, de que uma teoria Revolucionária correta apenas assume sua forma final em íntima conexão com a atividade prática de um verdadeiro movimento revolucionário e de uma verdadeira massa Revolucionária. Portanto, é com base nesses imperativos que o crítico inglês propõe o que deveria ser feito para que uma crítica literária pudesse ser definida como Revolucionária.

No entanto, isso não quer dizer que Eagleton queria abandonar totalmente os projetos teóricos em função de uma prática social, pois, para ele, a relação seria dialética, em que a prática sempre se torna a consciência da teoria. Nesse sentido, os densos conceitos teóricos de Georg Lukács sobre o realismo ou de Theodor Adorno sobre o modernismo têm seu valor e são necessárias para uma crítica marxista que procure analisar a história de dominação simbólica ou desconstruir os discursos hegemônicos em representações literárias. Entretanto, para o pensador britânico, isso: *“merely adress new answers to*

the same object”² (EAGLETON, 1981, p.97); ou seja, essas teorias e críticas não rompem decisivamente com o modo de crítica que ficaria “satisfeita” em apenas restringir-se ao campo dos discursos especializados. Seguindo esse argumento, Eagleton, então, entende que a crítica literária acadêmica, nos moldes que foram produzidas ao longo do século XX, faz parte de um processo histórico de divisão do trabalho, em que a crítica, no âmbito teórico, era possível, separada de sua influência prática social.

Nessa perspectiva, há uma similaridade entre as ideias de Eagleton e o conceito de “intelectual” para Antonio Gramsci. Para Gramsci, os intelectuais podem ser compreendidos sob duas perspectivas: os intelectuais orgânicos e os tradicionais. Os primeiros tentariam fazer uma ponte entre a filosofia e o popular, a teoria e a prática. O intelectual seria, assim, menos um intelectual de laboratório e mais um ativista, participante ativo na vida cultural e nas decisões da sociedade civil. Ele buscaria dar unidade e coerência teórica às experiências da sociedade. Os últimos – os intelectuais tradicionais –, por sua vez, seriam exemplo da presunçosa independência para com a vida cotidiana e a sociedade civil, como, por exemplo, os filósofos idealistas e os eclesiásticos. Assim sendo, para Gramsci, essa suposta autonomia dos intelectuais poderia ocasionar sérios problemas políticos:

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autocolocação não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político: toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo

2 “Meramente endereça novas perguntas para o mesmo objeto”. (Tradução nossa, as traduções doravante serão de nossa autoria. Utilizamos o texto original, apenas neste título, devido a impossibilidade do autor de obter edição já publicado no vernáculo.)

complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser “independentes”, autônomos, revestidos de características próprias, etc. (GRAMSCI, 1982, p.5).

Nesse sentido, se pudéssemos transportar essas ideias gramscianas dos intelectuais para a nossa discussão sobre a crítica literária, poderíamos dizer que Eagleton está tentando identificar na crítica literária uma tendência de certa parte dessa crítica em se colocar como os intelectuais tradicionais, e que, apesar de seus esforços teóricos e discursivos, haveria uma carência de críticos literários “orgânicos”, que realmente pudessem ir além da pseudoautonomia discursiva a fim de dialogar com a sociedade civil.

Para o autor britânico, essa carência de críticos literários “orgânicos” era, nos anos 80, tão flagrante que, em seu livro de 1984, *A função da crítica*, ele afirma que: “Este livro defende a tese de que a crítica atual perdeu toda sua relevância social” (EAGLETON, 1991, p.1). Entretanto, para o teórico marxista, nem sempre a crítica teve esse papel inexpressivo na sociedade, e, se hoje ela está assim, isso se deve, de um lado, pela cisão das relações entre a sociedade e a academia, e, do outro, pela cooptação das instituições literárias pela indústria literária. Vemos então que nesse livro Eagleton tentou mostrar que a crítica literária teve relevância social apenas quando ia além de seu discurso especializado e estava envolvida com uma crítica abrangente da cultura. De acordo com o teórico inglês, um exemplo disso, na Inglaterra, seria a crítica literária do século XVIII, que serviu como fomentadora de uma política cultural contra a monarquia e a aristocracia; e, do século XIX, uma crítica voltada para a moralidade pública de uma sociedade industrial burguesa. Portanto, seria apenas a crítica do século XX teria se reduzido a

uma questão meramente de crítica de literatura.

Nessa perspectiva, baseado na ideia de Jürgen Habermas de “Esfera Pública”³, Eagleton afirmaria que a crítica literária sempre se estabeleceu por meio dessa esfera pública, que, segundo ele, abrangeria o domínio das instituições sociais pelos quais os indivíduos se reuniam e, com base em um discurso racional, deliberavam sobre assuntos, tornando-se assim uma força política. Contudo, segundo o autor, na Inglaterra do século XIX, com o avanço do modo de produção capitalista, o discurso do crítico privilegiado, representante das paixões da sociedade ou repositório de valores culturais, começou a não mais representar uma sociedade não muito consensual em uma esfera pública, pois esse consenso teria sido dividido por interesses de classes e objetivos diversos. Essa esfera pública, assim, começou a ruir, fazendo com que, por um período do século XIX, a crítica buscasse como solução sempre retomar esse modelo consensual e totalizante. Sobre isso, Eagleton descreve o crítico literário do século XIX:

Ele deve reinventar ativamente uma esfera pública fragmentada pela luta de classes, pela ruptura interna da ideologia burguesa, pelo crescimento de um público leitor confuso e amorfo, ávido por informação e incentivo, pela continua subversão da opinião “polida” por parte do mercado comercial, e pela explosão e fragmentação aparentemente incontroláveis dos conhecimentos provocados pelo aceleramento da divisão do trabalho intelectual (EAGLETON, 1991, p.41).

Assim, com o surgimento dessas novas configurações sociais, seria uma missão homérica para o crítico, na época um conhecedor geral da cultura e que não possuía especialização, conseguir ter legitimidade para dar conta dos anseios de uma sociedade cada vez mais segmentada e

3 Explicitada no livro *A Mudança Estrutural na Esfera Pública* (1962).

especializada. A partir disso, a crítica literária começou a fomentar formas especializadas de discursos, que não mais versavam de forma consensual e geral sobre a cultura e a sociedade. Precisando de algo que superasse o amadorismo e o generalismo dos críticos anteriores, a crítica começou a institucionalizar-se nas universidades. Desse modo, para Eagleton, a crítica, ao procurar resolver esses problemas na universidade, obteve uma base institucional e uma estrutura profissional, mas sob pena de se apartar do domínio público: “A crítica alcançou a segurança cometendo suicídio político; seu momento de institucionalização acadêmica é também o momento de seu efetivo desaparecimento enquanto força socialmente ativa” (EAGLETON, 1991, p.58).

Isso resultou na corrente teórica *Practical Criticism*, que buscava utilizar o cientificismo, aparentemente técnico e universal, para dar legitimidade a uma crítica literária que não podia mais se sustentar falando em nome de toda multiplicidade de interesses da sociedade. Assim sendo, sob uma lógica utilitarista capitalista, houve uma crescente segmentação do conhecimento, e a crítica estava, assim, incorporando-se cada vez mais à indústria cultural e/ou se enclausurando nas academias, de modo que, para Eagleton, ao longo do século XX a crítica se tornaria infimamente: “como um punhado de indivíduos criticando mutuamente seus próprios livros” (EAGLETON, 1991, p.99). Desse modo, os críticos se nutriam, dentro de suas áreas e temas de pesquisa, para legitimar certas tendências e escritores. Tal como a literatura pós-moderna, esse tipo de crítica aparentaria ser uma forma de discurso que quase inteiramente se autovalidaria e se autopropetuará,

sem questionar sua própria função social, tomando como natural o exercício de uma crítica muitas vezes sem nenhum propósito específico – como, por exemplo, estudar as imagens de um poema apenas em seu “sistema de signos”, ou fazer uma crítica dissociada da dinâmica sócio-estética como, por exemplo, criticar a poesia visual com o mesmo olhar de uma poesia escrita.

A solução de Eagleton para esse isolamento crítico seria, assim, a criação de uma contra-esfera pública, uma espécie de ambiente social institucional, educativo e cultural, em que discursos diferentes e ditos marginais possam circular e serem discutidos igualmente. Assim, para ele, isso não seria uma utopia, tendo em vista que esse tipo de contra-esfera pública existiu nos anos 30 na Alemanha de Weimar. Desse modo, Eagleton afirma que:

Para que tal concepção não seja descartada como uma fantasia da esquerda acadêmica, uma breve referência a uma situação histórica talvez se faça necessária. Na república de Weimar, o movimento da classe trabalhadora não era apenas uma formidável força política; estava também equipado com teatros, corais, clubes e jornais, centros de lazer e foros sociais próprios. Foram essas as condições que ajudaram a tornar possível um Brecht ou um Benjamin e a modificar o papel do crítico, que passou de intelectual isolado a funcionário político (EAGLETON, 1981, p.104).

Nesse âmbito, a ideia de contra-esfera pública demonstra qual deveria ser a função do crítico literário revolucionário, que, ao exemplo de Benjamin e Brecht, não seria apenas a de intelectual isolado ou tradicional, mas a de pessoa engajada no desenvolvimento de um ambiente cultural social. Para Eagleton, a função do crítico marxista seria

4 Mais do que apenas um defensor crítico, o próprio Eagleton nos anos 80 buscava ser uma espécie de agitador cultural – por exemplo, organizando a encenação de sua peça Brecht and Company em 1979, participando de movimentos socialistas, como os International socialists e a workers’ socialist league, editando livros desse movimento, vendendo jornais socialistas na rua, fazendo mediações com os trabalhadores entre as concepções teóricas marxistas e a prática de luta dos militantes socialistas, virando foco político para os estudantes de Oxford e até mesmo fazendo piquetes na rua em favor da greve dos mineradores britânicos de 1984. A despeito das muitas oposições que sofria, por ser acadêmico da tradicional e conservadora universidade de Oxford, e por não se comportar como a tradição dessa universidade determinava, Eagleton não deixou seu ativismo de lado.

participar ativamente e contribuir diretamente na emancipação cultural das massas⁴. Ele deveria, assim, tomar parte e ajudar a organizar oficinas de escritores, teatros populares e estúdios de artistas, envolver-se nos projetos de design e arquitetura, bem como na transformação dos aparatos educacionais e culturais; enfim, tudo que poderia contribuir para uma qualidade da vida cotidiana, do discurso público à “consumação” doméstica, ou seja, tudo o que preconizavam as vanguardas de Weimar e os bolcheviques. Assim, por mais que existam diferenças de situação histórica, para Eagleton, algumas responsabilidades vêm sendo tacitamente recusadas pela teoria cultural – e seria justamente isso que daria origem a essa atual condição da crítica literária, isolada nas academias ou subserviente à indústria cultural.

O caso brasileiro: da crítica pública de rodapé a crítica enclausurada nas academias e a esquizofrenia produtiva

Torna-se interessante observar uma realidade semelhante entre crítica literária inglesa e a historiografia da crítica literária brasileira. No trabalho de João Rocha, *A crítica literária: em busca do tempo perdido?* (2011), observa-se que a crítica nacional desde o século XIX se constituía na imprensa, essa tinha como característica a presença de profissionais que não tinham uma especialização acadêmica em letras, até por não possuir uma larga opção desse curso nas universidades brasileiras. Era comum a composição de articuladores com formação na sociologia, no direito, na filosofia, o que acabava por moldar uma crítica literária de caráter mais humanista, e com um tom menos especializado. A partir dos anos 40 esse modelo de crítica até então produzida começou a ser questionada pela crescente influência da necessidade de formação acadêmica, e pela mudança da linguagem no

jornalismo, que passou a ser menos denso e passou a focar mais em informações rápidas e “atuais”, e também, pelo próprio deslocamento do centro de interesse cultural da literatura para os meios audiovisuais e digitais. Para Rocha, então, foram as mudanças estruturais, a partir da segunda guerra mundial, que fizeram com que a crítica literária não somente no Brasil, mas esse fazendo parte de uma conjuntura internacional, tivesse seu desaparecimento da esfera pública e torna-se cada vez mais reclusa na academia, transformando-se em um discurso especializado. Nesse sentido, vemos que Rocha atualiza a questão Eagletoniana ao acrescentar à discussão sobre a irrelevância da crítica literária não apenas o argumento da especialização acadêmica, mais também uma própria modificação da dinâmica de comunicação dos meios massivos e uma reorganização das formas de distribuição e de consumo da crítica literária.

Nesse sentido, para tentar viabilizar um horizonte de alternativas a essa problemática da crítica, o autor sugere o conceito de “esquizofrenia produtiva”, que seria a visão do crítico literário como mediador entre o espaço público e o conhecimento técnico e especializado da academia. Rocha, então, resume seu conceito da seguinte forma: “penso numa crítica literária e cultural animada por uma bem-vinda esquizofrenia produtiva, valorizadora de analistas que saibam ser bilíngues em seu próprio idioma”. (Rocha, 2011, p.380). Assim, o autor preconiza que os críticos sejam capazes de “traduzir” os termos conceituais e as abstrações teóricas para uma linguagem clara e uma lógica de fácil percepção por leigos.

Esse conceito de Rocha possui convergências com o projeto de uma crítica Revolucionária por Eagleton, ambos em seus contextos perceberam uma crescente desagregação e afastamento da crítica literária de sua relevância social e de seu consumo, entretanto,

o projeto eagletoniano parece ir além do âmbito literário e teórico, que Rocha preconiza, e propõe uma mudança na própria relação institucional das relações culturais, o que ele chama de “Contra-esfera pública”, que apesar de ser mais ousada possui certas problemáticas que passamos a investigar.

A contra esfera pública e sua viabilidade?

No que concerne à crítica literária – que, por tratar de objetos “superestruturais”, teria uma tendência a ser autônoma das massas – Eagleton não acredita que ela deva ficar confinada à academia. Ele então descreve a forma que uma “crítica literária Revolucionária” deveria assumir:

It would dismantle the ruling concepts of “literature”, reinserting “literary” texts into the whole field of cultural practices. It would strive to relate such “cultural” practices to other forms of social activity, and to transform the cultural apparatuses themselves. It would articulate its “cultural” analyses with a consistent political intervention. It would deconstruct the received hierarchies of ‘literature and transvaluate received judgments and assumptions; engage with the language and “unconscious” of literary texts, to reveal their role in the ideological construction of the subject; and mobilize such texts, if necessary by hermeneutic “violence”, in a struggle to transform those subjects within a wider political context⁵ (EAGLETON, 1981, p.98).

Essas ideias de Eagleton são bastante sugestivas, no entanto, como todo conteúdo programático, há um questionamento de como realizá-las na prática. Assim, ao versar sobre as

questões institucionais da crítica e seus efeitos nas práticas sociais, o autor afirma: “uma crítica marxista academizada manteve-se quase sempre silenciosa a respeito” (EAGLETON, 1991, p.89). Portanto, essa crítica academicista, presente no marxismo estruturalista dos anos 70, que ele mesmo fazia parte, acabava por ser elitista, idealista, despolitizada e, para Eagleton, como resultado, essa crítica se mostrava socialmente irrelevante e contribuiria para manter os valores vigentes do capitalismo. Por conseguinte, somente com a criação de uma contra-esfera pública poderia ser a crítica marxista, e a crítica em si, ativa, versátil, múltipla, coletivista, igualitária e socialmente participativa.

Contudo, poderíamos erguer duas questões a respeito dessa proposta de Eagleton. Primeiro: como seria possível essa contra-esfera pública na contemporaneidade? E, segundo: seria a academia, de forma verticalizada, que deveria tomar a iniciativa de levar adiante a mudança na sociedade?

Sobre o primeiro questionamento, poderíamos elencar alguns problemas na ideia de uma contra-esfera pública. Visto que Eagleton toma como referência a contra-esfera pública dos anos 30 na Alemanha, poderíamos indagar como essa ideia, que supostamente funcionara no início do século passado, pode funcionar numa suposta era pós-modernista do capitalismo tardio, globalizado e tecnológico? Se a própria noção de esfera pública burguesa não foi possível, porque o consenso não era mais plausível, uma esfera pública reversa ou popular não teria os mesmos problemas em angariar e unir várias instituições e agentes sociais, ainda mais em uma época de

5 Ela iria dismantelar os conceitos dominantes da “literatura”, reinserindo os textos “literários” em todo o campo das práticas culturais. Ela iria se esforçar para relacionar tais práticas “culturais” com outras formas de atividade social e transformar os próprios aparatos culturais. Ela iria articular suas análises “culturais” com uma intervenção política consistente. Iria desconstruir as hierarquias preconcebidas de ‘literatura’ e transvalorizar julgamentos e premissas preconcebidas; se engajaria com a linguagem e o “inconsciente” de textos literários, para revelar o seu papel na construção ideológica do sujeito e mobilizar tais textos, se necessário, por uma “violência” hermenêutica, em um esforço para transformar esses temas dentro de um contexto político mais amplo.

corporativismo, especialização, micropolíticas e pretensões locais, fluídas e instantâneas?

Sobre o segundo: por que a ênfase de Eagleton nas universidades como líderes dessa mudança? Poderíamos argumentar como preconiza Althusser⁶, em seu ensaio de 1968 “A ideologia e os aparelhos ideológicos do estado”, que o aparelho ideológico escolar, nas sociedades capitalistas, é o centro dominante que dá unidade ideológica à população. Logo, os acadêmicos formam os professores, que irão educar os indivíduos, e, assim, atingir amplamente a população. Nesse sentido, se as universidades iniciassem um projeto revolucionário, poderiam gerar um efeito de cima para baixo. Todavia, poderia se questionar que, com a informação relativamente democratizada pelos meios de comunicação na contemporaneidade, mostra-se difícil conceber uma noção tão vertical de mudança social. Assim, a crítica literária poderia não obter sua renovação apenas por meio da academia, mas poderia, ela própria, organizar e forçar a sociedade civil e as instituições estatais para que gerem um diálogo da produção acadêmica em acordo com as necessidades sociais. Há, assim, uma ausência de problematização na obra de Eagleton – por exemplo, entre o crítico universitário e o crítico do jornal; sujeitos que poderiam também ajudar nesse processo de mediação entre erudição acadêmica e função social.

Poderia se cogitar também até que ponto esses problemas levantados por Eagleton, como sempre baseados, em grande parte, em modelos britânicos, poderiam se adequar a outros contextos culturais. Desse modo, no contexto brasileiro, será que as necessidades históricas seriam semelhantes?

O Brasil teve críticos influentes que nem sempre fizeram parte da academia, como Álvaro

Lins e Otto Maria Carpeaux, que faziam crítica nos jornais de grande circulação pública, unindo conhecimento literário aos anseios populares. A própria literatura surgiu no jornal, o que mostra a notoriedade pública da literatura no Brasil, apesar dos poucos leitores até a metade do século XX. Sobre essa ideia, o jornalista e crítico literário Manuel da Costa Pinto, em um ensaio chamado “Guerra e Paz: a crítica literária na imprensa brasileira” (2000), defende uma visão da crítica brasileira, da primeira metade do século XX, que percebemos como bastante similar ao dilema entre os intelectuais públicos e os acadêmicos proposto por Eagleton no contexto inglês. Para o jornalista:

Até então, a crítica literária brasileira se dava preferencialmente nos “rodapés” – espaços semanais reservados ao comentário de livros e acontecimentos da vida literária. Normalmente caracterizados pelo tom informal, pelas digressões de ordem pessoal, cotidiana, e pela percepção impressionista da obra poética ou ficcional, os rodapés eram geralmente assinados por intelectuais de formação pluralista e que atuavam em diferentes contextos; eram jornalistas, escritores, críticos de artes plásticas ou advogados cuja educação tivera como base a leitura dos grandes romances da literatura ocidental e que por isso estavam aptos a discutir o momento literário com uma erudição que, todavia, não os tornava *especialistas* no sentido que a divisão dos departamentos universitários viria a dar ao termo (PINTO, 2000, p.56).

Vemos, nesse fragmento, que o Brasil passou por uma época em que a crítica não estava confinada nas academias, em que escritores da estirpe de Álvaro Lins, Sérgio Milliet, Afrânio Coutinho, Sérgio Buarque de Holanda e Otto Maria Carpeaux produziram suas críticas em jornais brasileiros. Na segunda metade do século, entretanto, houve uma extensa migração da crítica literária para

6 Althusser teve bastante influência nos textos de Eagleton dos anos 70 e 80, sendo assim, talvez seja a referência que influenciou seus argumentos.

a academia, aliada a uma ojeriza pela crítica nos jornais, caso que ficou expressivo na discussão ente Álvaro Lins, apelidado de “imperador da crítica”, e o catedrático Afrânio Coutinho. Coutinho, que voltara dos Estados Unidos querendo implantar no Brasil a corrente teórica *New Criticism*, criticou Lins, no livro *No Hospital das Letras* de 1963, por sua crítica impressionista, sinalizando, assim, o marco de uma separação gradual entre a crítica pública, considerada pelos acadêmicos como impressionista, subjetiva e redutora, e a crítica acadêmica, defendida pelos mesmos como científica, objetiva e sistemática, que não seria corrompida pelos anseios públicos e poderia produzir o conhecimento independente. Contudo, apesar de o caminho contemporâneo da crítica brasileira ter se norteado pela academia, reverberando a situação da crítica na Inglaterra descrita por Eagleton, há um crítico em especial que parece ter, a seu modo, principiado uma espécie de crítica literária concomitantemente acadêmica e pública, nos referimos ao professor Antonio Candido.

Como observa Manuel Pinto, Candido, que começara sua crítica literária nos jornais, a partir dos anos 50, seguindo a tendência em voga, optou pela institucionalização acadêmica, inclusive sendo responsável pela criação da disciplina de Teoria Literária na USP. Segundo Manuel Pinto:

Entretanto, não se pode esquecer o papel do “jornalismo cultural” em sua biografia intelectual: autor de rodapés intitulados “Notas de crítica literária” na *Folha da Manhã* e no *Diário de São Paulo*, Antonio Candido seria ainda responsável, em 1956, pelo projeto do “Suplemento Literário” de O Estado de S. Paulo, que seria o mais importante caderno de cultura da imprensa brasileira (PINTO, 2000, p.57).

Desse modo, além da crítica de jornal, podemos ver que Candido sempre mostrou uma postura distanciada do isolamento acadêmico,

como, por exemplo, no âmbito teórico, fazendo uma espécie de estudos culturais *avant la lettre* como observou Maria Cevasco (2003) , ao estudar temas marginais – como os caipiras em os *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o Caipira Paulista e a transformação dos seus meios de vida* (1964) – , ou criando o conceito da dialética da malandragem para questionar a relação entre formação cultural e expressão literária, discutindo até mesmo as singularidades das literaturas regionais do Brasil. Além disso, o crítico brasileiro não se restringia às disciplinas especializadas; Candido transitava pela sociologia, história e estilística. Ele buscou também popularizar ideias, produzindo livros introdutórios e ensaios de cunho social, como o *Direito a literatura* (1988), e, no âmbito mais geral, foi responsável pela criação de partidos políticos, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse sentido, vemos que, para Candido, haveria um dever como cidadão e como crítico de mediar o conhecimento acadêmico com as necessidades da sociedade.

Defendemos, assim, que Antonio Candido, no Brasil, constituiu um exemplo como os acadêmicos podem dialogar com os anseios sociais, assim como, na Inglaterra, Eagleton ressaltou Raymond Williams como um crítico que, similarmente, questionava a segmentação acadêmica e priorizava o discurso público, apesar de Williams ter sido um crítico isolado, sem uma base coletiva que lhe desse apoio institucional para atuar:

Os limites da obra de Raymond Williams finalmente mostrou-se incapaz de ultrapassar não são os que configuram disciplinas intelectuais, política e literatura, ou texto crítico e “criativo”; são, na verdade, os limites entre a instituição acadêmica e a sociedade política, que a ausência de uma contra-esfera pública põe em evidência. (EAGLETON, 1991, p.107).

Esses limites também podem ter sido os que a crítica de Antonio Candido, assim como a crítica em geral no Brasil, não conseguiu superar: a ausência de uma contra-esfera pública. Para que isso ocorra, seria necessária toda uma mudança no aparato cultural e educacional e nas instituições públicas, em diálogo com a sociedade civil; algo que, até então, parece complicado de se realizar nas universidades britânicas e brasileiras. E esse é um dos pontos em que a proposta de Eagleton, mesmo que esta se mostre idealista, parece suplementar a ideia de Rocha (2011), pois mais do que propor uma aproximação da crítica é preciso uma mudança na própria estrutura do funcionamento das instituições que lidam com cultura.

Por fim, entendemos que a ideia de contra-esfera pública de Eagleton precisa enfrentar certos desafios, responder a certa questão: como negociar a relação entre universitários e a sociedade civil, levando-se em conta que esses atuam em campos distintos – os universitários respaldados pelo seu rigor metodológico e os agentes culturais (artistas, jornalistas, leitores, políticos, intelectuais orgânicos) baseados em seu suposto “senso comum”, mas respaldados por sua prática? Como evitar o risco de manipulação e controle dos agentes sociais “não-científicos” pelos especialistas universitários? Como fazer para que os não acadêmicos não sejam ignorados, já que, para alguns críticos “cientistas”, não se deveria aceitar as premissas não-verificáveis dos não acadêmicos? E, ainda, como os agentes culturais, sem o distanciamento acadêmico, poderiam contribuir sem se contaminarem por pressões econômicas ou serem cooptados por interesses políticos espúrios, cobrando assim da academia sua relevância social e uma atenção para o que eles estão produzindo?

Vê-se que o problema que Eagleton tenta enfrentar está centrado na função institucional da crítica literária. Mas isso não é apenas um problema da disciplina literária, e sim da própria universidade como tal. Desse modo, a luta contra a crítica literária acadêmica é, na verdade, a luta contra todo um aparato educacional que propiciou à universidade essa autonomia de apenas produzir determinado conhecimento sob determinadas regras. Nesse sentido, talvez a luta de uma crítica Revolucionária, no desejo de Eagleton, possa partir de dentro da academia, mas isso requer uma participação da própria sociedade civil, para que se possa rediscutir o papel da crítica – se ela teria um papel isolado, com técnicas especializadas para analisar objetos culturais especializados, apenas pelo suposto dever do conhecimento desinteressado, ou se sua função seria contribuir com a difusão e popularização do conhecimento, tentando intervir pragmaticamente, por meio desse discurso com rigor científico, mas em diálogo com a prática social e com objetivo final de promover mudanças nessa própria estrutura social.

O esquema eagletiano para uma crítica revolucionária

Em nossa dissertação de mestrado Marinho (2014), desenvolvemos amplamente a noção de crítica Revolucionária proposta por Eagleton, fruto da análise de sua tríade de obras, sobre teoria e crítica literária, produzida nos anos 80⁷. Desse modo, pudemos concluir que a base conceitual crítica do pensador inglês se constitui em pelo menos três fatores:

1. A ideia de que, no campo literário, tanto os objetos quanto os seus métodos são múltiplos,

7 Os livros que compõem essa trinca são Walter Benjamin (1981), *Literary Theory* (1983) e *The Function of Criticism* (1984) .

e, assim, a crítica deve se pautar por uma dialética que busque adequar método e objetos à necessidade de seu contexto. Nesse sentido, diferentemente de *Criticism and ideology*⁸, a crítica não pode apenas se restringir ao cânone literário, mas deve incluir outros meios artísticos e as diferentes manifestações literárias, e não deve se restringir apenas a buscar um método “científico” de estruturação literária, devendo buscar também intervir nos debates públicos sobre a produção cultural.

2. A ideia de que os críticos, pelo menos os radicais, devem ter uma preocupação pedagógica e popular, e de que a teoria surgiu justamente como uma forma de possibilitar o acesso a discursos até então disponíveis apenas para acadêmicos “eleitos”. Portanto, deve-se também entender que compartilhar o conhecimento e a informação é um dever do crítico para com a democracia.

3. A ideia de que, na crítica literária, a teoria não pode ser dissociada da prática de intervenção social. Essa é uma ideia propõem um debate entre a sociedade civil leitora e as instituições literárias, que, por sua vez, têm como objetivo o desenvolvimento de uma contra-esfera pública, em que os discursos artísticos literários e culturais possam florescer intensamente na sociedade.

Nesse sentido, esses três fatores desembocariam no objetivo de mudar a função da crítica como ela se apresentava nos anos 80. Segundo Eagleton, essa crítica era resultado de uma mudança advinda do século XX, em que a crítica literária, que, historicamente, tinha uma função social relevante e atuante nas discussões públicas, passou a se isolar e ter uma função socialmente irrelevante, ao se confinar nas academias. Assim sendo, para Eagleton, a crítica literária, ao se institucionalizar na universidade, acabou se isolando da esfera pública, ganhando

assim base institucional e segurança ideológica, mas perdendo, em contra partida, o diálogo com os leitores e escritores – isso criou teorias sob seus próprios discursos, o que acabou, na visão do autor britânico, resultando em uma produção crítica irrelevante para a sociedade. Desse modo, além da sua total falta de substância social, Eagleton considera ainda que, marginalmente, esse modelo burguês de crítica academicista contribui para a reprodução das relações dominantes, que seriam, por um lado, a indiferença com a dominação cultural e literária por certos grupos ideológicos, e, por outro, o desinteresse em permitir o acesso dos indivíduos aos modos de produção do saber.

Nesse âmbito, a função da crítica atualmente seria apenas produzir conhecimento e excluir as suas outras duas funções, que seriam: a reprodução e a consumação do conhecimento; ou seja, os críticos literários valorizam suas produções teóricas, mas são indiferentes com a sua distribuição e a sua consumação na sociedade, e desinteressados com as várias leituras e usos que os leitores e agentes sociais poderiam fazer de suas produções teóricas.

Seguindo esse raciocínio, mesmo os críticos vinculados à corrente da recepção literária, por exemplo, se praticarem esse modelo de crítica burguesa academizada, não estarão preocupados se seus textos são debatidos nas escolas, se os romancistas estão em contato com essas ideias e incluindo a opinião dos leitores nos seus escritos, ou se os críticos literários não fazem nenhuma atividade para difundir suas ideias. No mesmo âmbito, outro exemplo seria uma crítica feminista, que não estaria preocupada se as escritoras não têm acesso às publicações ou se as leitoras de poesia já ouviram falar em crítica ao patriarcado. Logo, uma postura bastante elitista e distanciada para um crítico se conformar e

8 Livro publicado em 1976, em que Eagleton tenta criar um método marxista de análise cerrada textual.

mostrar-se indiferente.

Em nosso entendimento, contudo, a proposta de Eagleton, nos anos 80, era mais ousada do que engendrar um método ou teoria alternativa para a crítica literária. Para ele, a questão não era propor um novo significado para a mesma crítica, nem também um outro método, mas sim mudar o próprio significante da crítica – tal como o objetivo final de Marx não era mudar de uma ditadura burguesa para a ditadura do proletariado, mas a mudança da própria ditadura em si.

Desse modo, seguindo o pensamento de Eagleton nos anos 80, poderíamos ver, em nossa contemporaneidade, que ainda existe: por um lado, os críticos expectadores, que produzem suas teorias, mas possuem um desinteresse liberal ao observar a sociedade se engalfinhar nas discussões sobre estética e arte, enquanto eles, por sua vez, gozam retumbantemente ao saber que a comunidade literária não sabe o que faz; e, por outro lado, os críticos ativistas, que, engajados numa perspectiva Revolucionária, entendem que o conhecimento depende de um diálogo com a sociedade civil – assim, as teorias deveriam ser distribuídas para essa, e a partir da consumação da sociedade poderia o crítico repensar sua teoria. Um exemplo disso seria as formulações de Walter Benjamin que são tributárias aos desenvolvimentos das vanguardas, ou no caso brasileiro, como observa Rocha (2011), a crítica literária universitária brasileira dos anos 50 que foi impulsionada pelas as ideias da Semana de 22, essa contribuiu para que novas percepções teóricas introduzidas nas universidades fossem consolidadas, ou seja, tanto os modernistas como as ideias da teoria da literatura recém introduzidas à época por alguns catedráticos, buscavam observar mais o rigor estético e a literariedade e, assim, se aproximavam do método típico da universidade e se distanciavam do aspecto

humanista e nacionalista da crítica de rodapé.

Literatura na contemporaneidade: por um critivismo

Vários questionamentos podem ser suscitados a cerca do papel da crítica, pois, levando-se em conta a doxa contemporânea, que afirma haver um ocaso da leitura de literatura, poderíamos questionar qual o papel da literatura – e, conseqüentemente, da sua crítica – na cultura; ou pelo menos questionar o papel de um tipo de literatura típica do século XX e de uma crítica desse mesmo século. Ao mesmo tempo em que se anuncia o fim dessa literatura e dessa crítica, entretanto, pode se ver uma ebulição de festivais literários, um crescimento de pequenas editoras, blogs literários e o surgimento de um nicho editorial em cadernos de cultura e revistas literárias, e até mesmo a proliferação de congressos e seminários acadêmicos. Por conseguinte, será que a crítica literária, frente a uma carga enorme de informação e produção cultural do século XXI, está receosa em lidar com as novas produções literárias, seja por desinteresse ou por falta de confiança de que suas teorias, baseadas em modelos obsoletos, possam servir as novas produções literárias? Assim sendo, o que teriam eles a falar sobre estas novas produções, como as literaturas marginais, indígenas, dos guetos ou as poesias cibernéticas e o hipertexto?

Oferecendo uma possível resposta a esses questionamentos, acreditamos que é preciso começar a pensar como os críticos universitários poderiam dialogar com essas novas organizações da produção literária contemporânea. Desse modo, poderíamos citar, como exemplo desse “critivismo” (crítica e ativismo), os críticos culturais Boaventura Souza Santos, Slavov Zizek, Edward Said e o próprio Eagleton. Esses mostraram ou mostram exemplos de uma crítica

literária ou cultural que não poderia ser dissociada de um diálogo com a sociedade, das novas produções culturais e dos interesses públicos; portanto, são exemplos de críticos que se perguntam qual o objetivo de seus estudos, a quem pretendem atingir ou influenciar, e que funções a sociedade atribui a seu ato crítico, diferindo-se assim, por conseguinte, da logocracia acadêmica, que se preocupa em produzir conhecimento, mas é indiferente com sua reprodução e consumação pela sociedade.

Se pensarmos que as universidades públicas brasileiras funcionam sob o tripé de pesquisa, ensino e extensão, poder-se-ia observar que o elemento da extensão serve, justamente, para valorizar esse diálogo com a sociedade, acerca da experiência com as pesquisas e o ensino desenvolvida na academia. Todavia, ao que parece, a extensão se apresenta como o campo que menos é valorizado e praticado, inclusive em alguns casos por causa da sua pontuação reduzida para a progressão da carreira dos catedráticos; ou seja, é talvez um fator ideológico que subsidia a dissociação entre pesquisa, ensino e extensão. Contudo, apesar de acreditarmos ser lícito aos professores ou pesquisadores de literatura o foco na pesquisa e no ensino – não queremos desmerecer esses dois pilares –, questionamos os professores-pesquisadores de literatura acerca da razão de eles não repensarem suas funções no âmbito dos três pilares – pesquisa, ensino e extensão: por que não “pontuar” também pela extensão? Por que não atuar para além das funções normais – produzindo livros e artigos, ministrando aulas, orientando trabalhos acadêmicos, exercendo cargos burocráticos, participando de reuniões de colegiados, de plenárias, de bancas de seleção, de organização de congressos, de edição e revisão de periódicos –, fazendo algo além de publicar em eventos e atualizar o currículo Lattes? Assim sendo, qual a

razão dos professores-pesquisadores também não poderem participar ativamente, ou pelo menos contribuir para certas ações públicas e sociais?

Defendemos, assim, que, para que isso aconteça, requer-se um mínimo de interesse e de condições para uma difusão do conhecimento acadêmico aos diversos públicos de diferentes níveis de letramento e erudição; o que, por sua vez, demandaria uma adaptação da linguagem acadêmica à linguagem popular, exigindo também uma absolvição dos meios de comunicação de massa e dos diversos gêneros de comunicação social, observando atentamente as mudanças dos nichos onde a sociedade se alimenta culturalmente e intercambia seus conhecimentos. Por conseguinte, essa é uma questão que só poderá acontecer se houver um diálogo entre os agentes sociais (escritores, leitores, editores, jornalistas culturais e instituições públicas de cultura) e os acadêmicos. Logo, pensamos que certas funções acadêmicas podem coexistir com outras; por exemplo: a difusão das pesquisas e do ensino poderia ser feita em artigos ou congressos científicos, mas também poderiam ser adaptados para a internet, blogs, sites especializados, documentários, revistas, jornais impressos, cadernos de cultura, entrevistas em programas de rádio e TV; além da organização de congressos e seminários, os catedráticos poderiam também participar na organização de saraus e eventos para a comunidade sobre arte; de forma alternada à atuação em cargos burocráticos nas universidades, os pesquisadores poderiam também atuar em consultoria de projetos de leis no âmbito da cultura e em audiências públicas que versam sobre arte e cultura; etc. Portanto, há várias alternativas a esse modelo de crítica literária e cultural institucionalizado nas universidades brasileiras.

Seguindo esse raciocínio, nos questionaríamos se os críticos literários brasileiros

deveriam continuar seguindo modelos de críticas liberais e desinteressadas – que só se preocupam com o conhecimento pelo conhecimento do texto; que muitas vezes não atentam para o fato de que há uma desigualdade enorme entre a produção e distribuição e o consumo de cultura entre Europa e América latina (realidade similar também em África e Ásia), ou seja, que há uma diferença considerável entre o nível de letramento entre as nações do hemisfério sul e do norte. Nesse sentido, os críticos deveriam pensar que vários escritores, leitores e alunos de literatura só existem em potencial, pois não tiveram ainda condições materiais de ter acesso a compartilhar suas vivências e experiências com e a partir da literatura; e a partir disso forjar um modo de pensar diferente buscando uma melhor distribuição e consumação da crítica, e não apenas uma produção de saber “desinteressado”.

Portanto, aqueles críticos que produzem mais um trabalho sobre a imagística das cores nos poemas menores de Shakespeare, devem se lembrar de que são sustentados física e mentalmente por milhares de pessoas que, devido a uma história de opressão e exclusão, que dividiu o trabalho material do imaterial e foi perpetuada pela propriedade privada, tiveram que vender, ao julgo da mais valia, seu tempo e sua força de trabalho, para sobreviver e ter uma remota oportunidade – e tempo – para cogitar a utilização dos meios de produção da consciência que eles mesmos sustentam. Isso sem falar em todos outros tipos de dominação simbólica.

Nesse sentido, como observa ironicamente Eagleton, em um dos seus recentes trabalhos, *How to Read a Poem* (2007), os críticos literários vivem hoje em um estado permanente de espanto, com medo de que algum oficial do

governo descubra que eles, embaraçosamente, são pagos para ler poemas e romances, e:

Even more outrageously, we are paid for reading books about people who never existed and events that never took place. In everyday life, talking about imaginary people as though they were real is known as psychosis; in universities, it is known as literary criticism⁹. (Eagleton, 2007, p.22)

Podemos concluir, assim, que há uma possibilidade de que a rispidez ou insensibilidade da lógica do utilitarismo do capitalismo tardio faça com que os críticos literários saiam de seus altares e torres de marfim e busquem justificar sua função de análise de textos para além de um discurso autotético, e, para isso, terão de buscar na sociedade uma razão para continuarem a existir. Será precisamente nesse momento que, talvez, a indiferença desses com o debate público seja forçada a perecer.

Por fim, a pesar de termos feito mais questionamentos do que soluções intransigentes, mostra-se preciso pensar no papel da crítica, mas não apenas no âmbito da teoria, e sim em sua organização social, institucional e na indústria cultural, e nesse sentido abrir as discussões para além do campo estético ou pensando o estético de forma dialógica com essas novas problemáticas. Assim, defendemos que a discussão de qual seria a função que a crítica deve seguir nos próximos anos deveria considerar o diálogo da crítica científica com o ativismo cultural, ou seja, fomentar um critivismo que una forças teóricas em diversas instituições e áreas de conhecimento, já que a literatura torna-se cada vez mais plural e não é mais o centro do campo e da fruição cultural. A partir disso é que poderemos traçar novos caminhos para a crítica literária e cultural.

9 Ainda mais estranho, nós somos pagos para ler livros sobre pessoas que nunca existiram e eventos que nunca aconteceram. Na vida cotidiana, falar sobre pessoas imaginárias como se elas fossem reais é conhecido como psicose; em universidades, é conhecido como crítica literária.

Referências bibliográficas

CEVASCO, M. E. B. P. S. Estudos Culturais a Brasileira. **Suplemento Mais Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 03 - 03, 25 maio 2003.

EAGLETON, Terry. **Walter Benjamin: or towards a revolutionary criticism**. London: New Left Books, 1981.

_____. **A função da crítica**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **How to read a poem**. Oxford: Ed. Blackwell, 2007.

MARINHO, Andrew Yan Solano. **Do cientista ao ativista: os problemas da ciência do texto e uma solução Revolucionária na obra de Terry Eagleton**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Crítica literária. Crítica literária. Crítica literária: em busca do tempo perdido?** Chapecó: Editora Argos, 2011, 447 p.

PINTO, Manuel da Costa. **Guerra e paz: a crítica literária na imprensa brasileira. Via Atlântica**, São Paulo, n. 4, out. 2000. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/dlc/posgraduacao/ecl/pdf/via04/via04_04.pdf>. Acesso em: 22/03/ 2015.

Artigo enviado em: 28/10/2016

Aceite em: 20/12/2016